

# A situação econômica como fator agravante da violência doméstica: um estudo na Delegacia da Mulher de Florianópolis

*The economic situation as a factor aggravating domestic violence: a study at the Woman's Police Station in Florianópolis*

## **R** esumo

A violência doméstica é um tema bastante discutido na atualidade. Este artigo trata da situação econômica como fator capaz de contribuir para o aumento desta violência. O estudo é ilustrado por uma pesquisa realizada na Delegacia da Mulher de Florianópolis, onde fica clara a posição das mulheres e as dificuldades que têm de perceberem seus direitos. Mas é necessário debater o tema, pois assim poderemos contribuir para que as mulheres rompam com as formas de submissão que marcam suas vidas e entendam, que a conquista da independência econômica é o primeiro passo para estabelecerem relações de igualdade entre os gêneros.

**Palavras-chave:** violência doméstica, violência contra a mulher, situação econômica.

## **A** bstract

The household violence is a issue discussed in the presente. This article analyse the economic situation as a factor that contribute to the increase of this violence. The study is illustrated with a research realized in a women's police headquarters in Florianópolis, where the position of the women and their trouble to understand their rights are observed. But, is necessary to discuss the issue, because of this way we'll can help the woman to put an end to the submission in their lifes and to understand that the economic independence is the first step to establish a equality relation with the men.

**Key words:** household violence, violence against to woman, economic situation.

**Lilian Mann dos Santos**

Assistente Social da Catedral Metropolitana de Florianópolis e, graduanda do Curso de Jornalismo da UFSC.

---

**A**s mulheres foram e são vítimas das formas societárias mais opressivas, excludentes e autoritárias que, durante muitos séculos, constituíram e determinaram o viver em sociedade. Mas a sociedade ainda finge não perceber o fenômeno da violência e da discriminação por elas sofridas e, assim, a mitologia da igualdade reina na relação entre os gêneros, como forma de camuflar a realidade, conforme nos alerta com firmeza Azevedo (1985, p. 160):

*Toda essa mitologia tem servido e continua a servir para abafar o grito das mulheres espancadas, fazendo-nos crer que as relações entre homens e mulheres são relações cordiais, amorosas, amistosas e não relações perigosas, cruéis, brutais, como procuramos demonstrar. Que cada vez mais as mulheres se recusem a serem mistificadas. Que cada vez mais elas recusem o cômodo e resignado papel de cúmplices da violência de que são vítimas mas de que não devem envergonhar-se. Que cada vez mais se faça ouvir o grito, até então silencioso, das mulheres espancadas, e que seu clamor faça avançar a luta por um padrão igualitário de relações entre os sexos.*

A violência praticada contra a mulher instaura-se na sociedade ocorrendo geralmente dentro do lar, a portas fechadas, onde este, ao invés de se tornar um abrigo inviolável e de proteção, afigura-se como o muro do medo e da crueldade. É um delito, ainda, raramente denunciado e que, no momento em que ocorre, conta com o descaso de muitos, que preferem descomprometer-se com a questão.

Este trabalho foi efetuado no Setor de Serviço Social da Delegacia da

Mulher de Florianópolis, quando atuei como estagiária do curso de graduação em Serviço Social.

Na ocasião, sentimos a necessidade de conhecer de perto e mais a fundo esta temática, procurando participar da sua publicização dando as possíveis contribuições do Serviço Social na prevenção e no combate à violência contra a mulher, que é um aspecto constituinte dos diversos tipos de relações sociais firmadas entre os sexos.

Para tanto, no transcorrer do mesmo, detivemo-nos em aprofundar um dos aspectos que se acredita colaborar para o agravamento da violência doméstica, ou seja, a situação econômica, propriamente dita. A opção em voltar para este tema deveu-se ao fato de, num período aproximado de seis meses, termos observado, durante os atendimentos feitos pelo Serviço Social da 6ª Delegacia de Polícia da Capital – Delegacia de Proteção à Mulher, que um número considerável de vítimas apresentava relacionamento conjugal violento, agravado pela situação econômica, onde elas mesmas relatavam que a relação que mantinham com seus companheiros parecia piorar quando os problemas financeiros emergiam ou se agravavam. No entanto, muitas mulheres parecem ainda não perceber a questão econômica como um agravante da relação que têm com seus companheiros e não a vêem como um detonador das brigas entre eles. Não obstante, a pesquisa realizada por Knabben (1992), nesta mesma Delegacia, constatou que a situação econômica é o segundo fator precipitante para a violência doméstica.

Todavia, convém ressaltar que, embora a questão da violência doméstica seja um tema que atualmente vem ganhando destaque em nível nacional e internacional, a problemática abordada neste artigo ainda é relativamente nova e muito pouco explorada por profissionais da área das ciências humanas, sejam eles: assistentes sociais, filósofos, antropólogos

e psicólogos. Nesse sentido, são poucos os autores, como Safira Bezerra Ammann, Heleieth Saffioti, Luiza Carvalho, Israïld Giacometti Chinali, dentre outros, que se propuseram estudar a situação econômica sob este foco. Assim, não pretendemos afirmar que a violência só exista nas classes subalternas, mas, evidenciar a interligação da situação econômica que pode gerar esta violência com três fatores: a ida precarizada da mulher para o mercado de trabalho, em especial após todas as alterações enfrentadas pela economia do país depois da implementação do Plano Real; a dependência econômica da mulher em relação ao marido e a falta de dinheiro.

Para Zaluar e Abranches (1995, p. 90):

**“Não é apenas a pobreza absoluta mas, principalmente, a existência de profundas desigualdades sociais que podem gerar um campo propício para a violência”.**

Contudo, o que objetivamos, ao nos determos no estudo da questão econômica e sua ligação com a violência doméstica é poder evidenciar se as mulheres percebem e compreendem a influência da situação econômica no agravamento da violência doméstica; relacionar as principais atividades remuneradas exercidas pelos casais; indicar a consequência da participação da mulher na renda familiar, relacionada com a violência doméstica; problematizar se a crise econômica vivenciada pelo país, principalmente

depois do Plano Real e da política neoliberal, tem contribuído para o aumento da violência doméstica e, por fim, verificar se a dependência econômica da mulher em relação ao homem contribuiu ainda mais para a submissão à violência.

Mas, para podermos desvelar a real relação existente entre o econômico e o surto de atos violentos que se desencadeiam nas relações sociais e em especial em algumas famílias, tendo como principais vítimas as mulheres, precisamos entender também o cenário sócio-cultural que perpassa o fenômeno da violência e com maior ênfase, a violência doméstica praticada contra a mulher. Tal violência é um mecanismo de opressão e subjugação do outro, que visa impor a uma pessoa determinadas normas e formas de agir, tentando tolher a sua capacidade de expressão e discernimento.

Para Chauí (*apud* Azevedo, 1985, p. 18),

*[...] violência é uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo*

*que, quando a atividade ou a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. Portanto, a violência é uma relação de força caracterizada, num pólo, pela dominação e, no outro, pela coisificação.*

Essa violência, nas relações interpessoais e com atenção especial às relações de gênero, ainda hoje é pouco publicizada: ou por as mulheres acharem que o companheiro vai mudar, ou por acreditarem no casamento definitivo, ou pelo fato de a sociedade vê-la como problema particular. Com uma série de dados históricos e culturais que tendem a reafirmar esta posição de subalternidade da mulher em relação ao homem, parece evidente, que a única forma de romper com o ciclo da violência doméstica é fazer com que as mulheres se conscientizem da igualdade entre os gêneros, conheçam os seus direitos e saibam onde garanti-los com mais afinco. Só assim, as mulheres poderão escusar-se da violência que sofrem e sentir-se capazes de ajudar na reconstrução de uma sociedade justa e democrática, onde homens e mulheres não sejam mais vistos como rivais, mas como cúmplices, como iguais.

*Não é o homem superior a mulher, nem a mulher superior ao homem. Mas também não é certo dizer que ambos são iguais em tudo. A realidade é maior e mais bonita. A mulher possui qualidades especificamente femininas que, quando se unem as qualidades especificamente masculinas, permitem conseguir resultados maiores, mais expressivos e mais ricos que os que se poderiam alcançar, quando cada um dos sexos trabalha separadamente (CÂMARA, 1990, p. 14).*

E a situação econômica como elemento também inerente à violência doméstica, possibilitando o desencadear da mesma, está relacionada às alterações ocorridas na política econômica de governo, a qual tem tornado-se cada vez mais concentradora de riquezas em favor de uma minoria. Estas mudanças ocorridas na estrutura econômica do Brasil, com maior afinco após o Plano Real, implantado em julho de 1994, têm atingido a vida das famílias e em especial as de menor poder aquisitivo. São mudanças como: aumento de desemprego, privatização, livre comercialização, programas de estabilidade econômica,... idéias liberais, que persuadem o povo e o impede de ver as restrições de garantias trabalhistas e os cortes na área social, fazendo com que se atentem mais as oportunidades de consumo.

Esta política neoliberal empurra deliberadamente milhões de cidadãos para a marginalidade e em especial, para fora do mercado de trabalho. Tanto é verdade, que, segundo o DIEESE *apud* Ammann (1997) a taxa de desemprego em São Paulo, em 1996, era de 15%.

*... é nas questões relativas ao emprego, ao contrato de trabalho e aos direitos sociais que o neoliberalismo vem demonstrando o seu significado mais repugnante e onde vem encontrando as maiores reações populares. São essas questões que têm motivado as lutas sindicais e populares em todo o mundo, bem como são elas também que vêm desequilibrando as disputas eleitorais, em favor da esquerda e da centro-esquerda, em diversos países. Portanto, podemos afirmar que a questão social é um dos maiores ganchos para a reversão da onda neoliberal que tomou conta do planeta nos últimos anos (ARAÚJO, 1998, p. 31).*

Os dados do Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (*apud* Rodrigues, 1998), também confirmam este grande número de cidadãos que atualmente vivem às margens do mercado de trabalho, através de indicadores que ressaltam as taxas de pauperismo no país. Assim, coloca-se a questão nos seguintes termos: "... estimou-se em 42 milhões o número de pobres no Brasil em 1990, o que corresponde a 30% da população brasileira" (Índice de Desenvolvimento Humano *apud* Rodrigues, 1998, p. 270). "... um terço dos brasileiros estão vivendo em situação de pobreza" (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, 1995, p. 18).

*Ainda em 1996, no Brasil, num universo de 157 milhões de habitantes, 10% dos mais abastados detinham uma renda 30 vezes superior a dos 40% mais pobres. Em termos de números absolutos, há no país 48,9 milhões de pobres. A maior parte dos domicílios brasileiros em 1989 (77%) estava localizada em áreas urbanas e um terço deles se encontrava abaixo da linha da pobreza (LP). De acordo com os dados do Ministério do Bem-Estar Social, este número em 1992 equivalia a 45 milhões de pessoas ou 11 milhões de famílias. Entre tais unidades domiciliares sobressaíam aquelas compostas por mulheres com filhos e sem cônjuge (BIANCARELLI *apud* SALES, 1998, p. 190).*

Neste contexto econômico favorável ao desemprego, ocorre um aumento da pobreza e das desigualdades sociais, rompendo com a tradição de famílias chefiadas por homens e exigindo a presença da mulher no mercado de trabalho, como forma de

contribuir para o aumento do rendimento familiar. A saída do mercado de trabalho e a procura por formas alternativas de obter rendimentos, devido a todas as mudanças econômicas ocorridas na atualidade e à insuficiência de apenas uma renda para prover o lar, chamou a mulher ao mercado de trabalho e também um número expressivo de jovens constituintes da realidade brasileira, possibilitando, dessa forma, uma alteração na dinâmica familiar e nos padrões sociais.

O mercado de trabalho, neste momento de recessão econômica por que passa o país, principalmente com o Plano Real reduzindo as garantias trabalhistas de nossos trabalhadores, apresenta-se desfavorável tanto para o trabalho feminino como para o masculino e a dificuldade em ter e manter-se em um emprego evidencia-se ainda mais quando a pessoa não possui um grau de instrução considerável e quando não se atualiza frente às evoluções da informática e da tecnologia.

*As transformações demonstram, sem dúvida, que há uma reafirmação do capitalismo neste final de século. A desvalorização da força de trabalho é uma das alternativas do capital... embora, contraditoriamente, a utilização das novas tecnologias faça emergir uma nova camada de trabalhadores que se torna eminentemente poderosa em função de suas habilidades técnicas, resultando em maior segmentação na classe trabalhadora além de criar os trabalhadores supérfluos (RAMOS e BARBOSA, 1998, p. 27).*

Mas, apesar desta conjuntura econômica e política, que vem sendo sofrida pelas famílias da atualidade e que incide no aumento dos desentendimentos entre os casais, não podemos jamais desconsiderar o papel socializador

e preponderante que as mulheres têm na vida humana, pois em épocas de crise, enfrentam as dificuldades e muitas vezes se tornam o arrimo familiar. Esta situação pode ser confirmada através da pesquisa que realizamos na Delegacia da Mulher de Florianópolis, que comprovou que, das 18 vítimas entrevistadas, 72% delas afirmaram ter aumentado os desentendimentos com o seu companheiro após a implantação do Plano Real.

Diante de todo este contexto, que explicita o quadro econômico presenciado pelo país no transcorrer do Plano Real, fica compreensível, o porquê de a violência doméstica estar atrelada à situação econômica e à crise financeira instaurada nas famílias. E como os membros destas mesmas famílias, ao deixarem-se persuadir pelos discursos demagógicos, muitas vezes não percebem que a violência, que eclode dentro do lar é produto de todo um contexto externo, que se reflete na estrutura familiar. Geralmente, a intensidade dos conflitos sociais interfere nas relações conjugais, desencadeando comportamentos e atos violentos (MAZONI, 1997).

Segundo Bernardes (1998), a maioria das mulheres mortas pelos agressores não têm emprego, nem salário fixo. O pensamento da autora, certamente evidencia o fator econômico como elemento presente na violência física praticada contra as mulheres, onde, em determinadas circunstâncias, não saber administrar tal realidade, faz com que elas se sujeitem e se tornem vítimas passivas dos diversos tipos de violência que sofrem.

A produção teórica, por sua vez, registra que a presença da mulher no mundo do trabalho ainda é bastante recente e se dá com mais afinco com o advento do capitalismo, onde a mulher é convocada para a produção, não com a finalidade de emancipá-la, mas de apenas extrair-lhe a mais valia, de forma pouco dispendiosa. Nesse momento, quando ocorre o surgimento da propriedade privada, a mulher torna-

se mercadoria do marido na esfera doméstica e do capitalista, no âmbito da fábrica, ficando, também, à mercê das poucas leis que existiam para a proteção do trabalho feminino, as quais, não possuíam abrangência nacional e eram, na maioria dos casos, descumpridas.

Mas, é só no fim da década de 1980, com a intensificação do desemprego e devido à crise econômica e à queda nos rendimentos masculinos, que a mulher ganha maior espaço no mercado de trabalho, inserindo-se geralmente em atividades informais ou que tenham a ver com as profissões de caráter humanitário, semelhantes às atividades que desenvolve no lar. Estarem voltadas para as profissões humanistas tem muito a ver com a educação que as mulheres recebem, sendo incentivadas desde crianças para serviços deste tipo, considerados peculiares à mulher. E, para realizar tais serviços, é necessário: envolvimento emocional; vontade de fazer o bem e acabar com as injustiças sociais; intenção de preparar um mundo melhor para os filhos, características consideradas femininas.

Com o passar dos tempos e as mudanças econômicas torna-se predominante o número de famílias chefiadas por mulheres, sendo maior ainda, o número de discriminações, preconceitos e injustiças que estas mulheres sofrem em seu local de trabalho, onde geralmente ganham menos que o homem e são as primeiras a serem demitidas e as últimas a serem empregadas.

*Atualmente, em nosso país, 24% das famílias são chefiadas por mulheres. [...] Estas mulheres estão se transformando nas mantenedoras do lar, porque são abandonadas pelos maridos, os quais também deixam de ajudar no sustento dos filhos. Isso porém não pode ser visto como emancipação, mas*

*como desagregação da família, onde as mulheres se vêm obrigadas a trabalhar para poderem continuar mantendo o lar. As famílias chefiadas por mulheres têm rendimentos médios de 2,6 salários mínimos, contra 6,3 das chefiadas por homens. (ARAÚJO, 1998, p. 218-219).*

Todavia, na conjuntura atual, devido ao crescente número de desemprego e a falta de dinheiro que atinge a vida das famílias e provoca um maior desentendimento entre os casais, percebemos que as mulheres têm mais facilidade de conseguir emprego que os homens, pois quase nunca buscam um emprego similar ao anterior, engajando-se em outras atividades

*O trabalhador desempregado, independente de ter dependentes ou não, permanece longos períodos em busca de trabalho similar ao anterior, mantendo uma nítida identidade com sua qualificação profissional, rejeitando ofertas de trabalho não qualificado ou mais mal remunerado. Permanece procurando emprego em média de 3 a 6 meses, período no qual sobrevive dos rendimentos de suas esposas ou de outros trabalhadores do domicílio. Embora persistindo em busca de trabalho qualificado, quando enfim se engaja em outra atividade remunerada, dificilmente consegue fazê-lo em trabalho similar ao anterior, devido à reestruturação no mercado de trabalho industrial. Os autores identificaram que a mulher com dependentes sob sua responsabilidade retornava à atividade remunerada tão logo surgisse a primei-*

*ra oportunidade de emprego fixo, o que em média se dava em um período de dois meses. O novo trabalho surgia predominantemente nas atividades domésticas, exigindo maiores períodos de ausência da casa e menor remuneração. Até se vincular ao novo trabalho, a mulher realizava pequenos biscates nas suas comunidades para manter a família. (CARVALHO, 1998, p. 83).*

Quando a mulher passa a ajudar no sustento da casa surgem as comparações de salário, o homem sente-se inferiorizado porque perdeu o seu papel de provedor do lar. Então, o casal não consegue ver a renda familiar como um montante, como uma soma de esforços.

A face avessa desta questão da violência, ligada com o fator econômico, permite também que as mulheres se sujeitem a atos violentos, por causa da dependência econômica que nutrem em relação a seus maridos e companheiros. Não dependendo economicamente de seus companheiros, as mulheres podem tornar-se mais respeitadas por eles e sentirem-se seguras para romperem com um relacionamento conjugal violento. “As esposas geralmente agüentam as surras por causa da sua dependência econômica [...]” (ONEGLIA *apud* LANGLEY e LEVY, 1980, p. 151).

Nas palavras de Pallota e Lourenço (1999), a maioria esmagadora das mulheres sabem que têm direitos, mas, pelo fato de viverem sob o jogo econômico de seus companheiros, submetem-se anos a fio a todos os tipos de violência e somente procuram lutar por seus direitos quando a situação fica de fato intolerável. Constata-se ainda, que as mulheres só percebem a situação econômica como um elemento que prejudica a vida do casal quando questionadas diretamente sobre o assunto, pois caso contrário, não

conseguem ver as dificuldades econômicas como um motivo que pode levar os homens à agressão.

Embora nem sempre sejam valorizadas no mercado de trabalho, as mulheres devem persistir porque

*Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio (SAFFIOTI, 1979, p. 58).*

*O destaque da mulher não ocorreu apenas por necessidade, mas porque elas passaram a compreender melhor o papel que têm na sociedade e a importância da sua realização pessoal. [...] a mulher buscou emprego não apenas por necessidade [...], mas também para obter autonomia financeira. (ROSETTI e TOLEDO, 1998, p. 8).*

Segundo Miotto (1997), a família dos anos 90 apresenta variações significativas em virtude da modernização sofrida pela sociedade e das alterações econômicas promovidas pelo neoliberalismo e pelo processo de globalização. De acordo com o IBGE, o perfil da família brasileira hoje é o seguinte: pequeno número de filhos; gravidez predominando em mulheres jovens, de até 30 anos; aumento da união consensual e casamentos civis; domínio das famílias nucleares, porém, um grande número de famílias nucleares com a mãe como chefe da casa; aumento das famílias recompostas. Essas alterações que vêm marcando o contorno das famílias da atualidade devem-se a mudanças de costumes

e hábitos; a novos papéis assumidos pelas mulheres; ao desenvolvimento técnico-científico e à queda na economia brasileira, que ocasionou um maior empobrecimento e uma desqualificação nos serviços prestados. Este empobrecimento das famílias também aparece como um elemento precipitante para a violência doméstica, onde se sabe que graus muito elevados de privação material podem levar os casais a brigarem com mais frequência, uma vez que não encontram alternativas para suprirem as necessidades daqueles que deles dependem.

Essas inovações e mudanças no processo produtivo e no mercado de trabalho, atingem de forma diferente as famílias, buscando romper definitivamente com a idéia tradicional de homens como provedores absolutos do lar. As mulheres, nesta nova realidade, passam a perceber a importância de trabalharem fora e de como o trabalho que desenvolvem pode contribuir para ajudar a melhorar o rendimento das famílias.

*As transformações que têm repercutido sobre a estrutura da família nas últimas décadas têm sido, portanto, repentinas, profundas, de longo alcance e relativamente concomitantes. Não se pode mais, nesse sentido, ignorar a sua ocorrência (PEREIRA apud SALES, 1998, p. 190).*

Não obstante, seria contraditório, se toda a história de lutas e conquistas construída pelas mulheres não resultasse em frutos visíveis e concretos e em órgãos capazes de defendê-las e assegurar-lhes os direitos que constitucionalmente já têm garantido. Esse é o caso do surgimento das Delegacias de Proteção à Mulher, que são uma conquista delas e da sociedade, fruto das lutas do movimento feminista que emergiu no Brasil a partir de 1840, com o surgimento de jornais fundados por mulheres. São Delegacias que buscaram enfrentar, junto com

ela, situações de violência e lutar por uma verdadeira igualdade de gênero, onde um não se coloque como “superior ao outro”.

*O aparato policial tem-se constituído como uma instituição opaca,... Não obstante, este aparato institucional é um dos mais próximos à população, sobretudo aos trabalhadores urbanos pobres, posto que a delegacia policial funciona diuturnamente e acaba se constituindo contraditoriamente em um pronto-socorro social devido à inexistência, insuficiência ou inoperância da rede de equipamentos sociais. (SILVA, 1992, p. 40-41).*

A violência contra a mulher, como bem evidencia a realidade, tem sido abusiva e invadido os mais diversos espaços institucionais (local de trabalho, lares). Todavia, como já vimos, ainda são poucas as profissões que foram e estão sendo preparadas para lidar com as questões de gênero. Alguns profissionais atuantes na área da família e da proteção e segurança pública, por exemplo, muitas vezes não são formados para tratar com a causa das mulheres e se depararem com o fato de ter que atendê-las. A falta de preparo, em algumas ocasiões, faz estes profissionais se questionarem, sem obterem as respostas satisfatórias, sobre os porquês das mulheres: demorarem tanto para denunciar a violência que sofrem; retirarem a queixa e não se separarem do marido. São importantes indagações que devem ser equacionadas, para evitar que se tornarem novos preconceitos ou falsos juízos. O Assistente Social, por sua vez, quando inserido em órgãos que tratam das questões de violência doméstica, deve realizar ações profissionais que valorizem a igualdade entre homens e mulheres e que façam cada um ver-se como sujeito de sua própria vida. O profissional

precisa colocar que seu papel não é punir o usuário mas mostrar-lhe alternativas para que saia da situação de crise, sempre estimulando a denúncia e a autonomia da mulher.

O Assistente Social, em seu agir profissional, pode empenhar-se também em formular políticas sociais que pretendam uma maior igualdade entre os gêneros, em especial, no que tange ao mercado de trabalho. Precisa entender as questões de gênero não como biológicas, mas como sociais e culturais, transmitidas de geração para geração.

*Gênero se refere não apenas a diferenças biológicas e sexuais entre mulher e homem, mas também ao contexto de seu comportamento na sociedade, aos diferentes papéis que cumprem, à variedade de expectativas e constrangimentos sociais e culturais que sofrem graças ao seu sexo e os modos com que lidam com as normas impostas pela sociedade. (VLASSOF apud VOLOCHKO, 1997, p. 120).*

Ao lidar com questões de gênero ligadas à situação econômica, o profissional Assistente Social deve orientar as mulheres sobre a importância da independência econômica e da falta de dinheiro vir a ser promotora dos desentendimentos, ressaltando que isso não é problema particular delas, mas de toda uma conjuntura econômica, que perpassa a vida das famílias. Ele deve procurar mostrar às mulheres que não estão sozinhas e que outras passam por situações semelhantes a delas, por isso, não devem julgar, mas sim unirem-se.

Ao homem também o Assistente Social não pode reservar apenas o papel de vilão, mas analisar o contexto em que a situação emergiu e colocar a mulher como co-partícipe do caso, ainda que passiva. Este profissional não pode atribuir os conflitos de gênero à desestruturação familiar, pois eles atingem invariavelmente todas as estru-

ras familiares, independente de raça ou classe. E por fim, segundo Pavez (1997), ao tratar com mulheres vítimas de violência é necessário que o Assistente Social deixe de lado as ações interventivas voltadas para a tutela e o assistencialismo, pois isso vai contra a conquista e o respeito dos direitos das mulheres. É preciso mostrar às mulheres que elas precisam e devem ser ouvidas e ajudadas, mas que o sair desta situação de vitimização e fortalecer a sua auto-estima, é uma tarefa antes de tudo pessoal.

Deste modo, como já colocado anteriormente, o artigo aqui apresentado foi extraído do trabalho de conclusão de curso da graduação e serviu-nos para desvelar algumas realidades que parecem um pouco truncadas, a cerca da questão de violência entre gêneros e também, para contradizer outras tantas afirmativas. No que se refere aos perfis de agressores e vítimas, podemos considerar que no decorrer dos anos eles têm-se alterado bastante, permitindo dizer que não há limites de idade pois a violência apenas tem ocorrido com maior frequência entre casais de 31 a 50 anos. Tais casais geralmente constituem famílias pequenas, com até três filhos e na maioria das vezes são amasiados (56% das 18 vítimas entrevistadas), contradizendo a afirmativa de que a violência tem mais probabilidade de ocorrer entre casais com laços firmados legalmente.

Como as cores, que não podem ser pensadas sem extensão, a violência só se determina quando considerados os pressupostos históricos, culturais, políticos e econômicos que a fundamentam. Assim, não temos a pretensão de realizar considerações conclusivas a respeito do assunto, até porque sabemos que não é possível visualizar o fenômeno da violência contra a mulher como um “em si”. A realidade de uma visão histórica dialética, nos faz acreditar que tais considerações são válidas apenas para um dado perí-

do, pois o tema aqui tratado é complexo e as observações descritas podem vir a ser refutadas.

Neste sentido, destacamos no decorrer do artigo que a submissão da mulher em relação ao homem realmente é um dado histórico, mas que no transcorrer dos anos, através de suas lutas, as mulheres têm procurado reverter esta realidade. Constata-se, que são poucas as que nunca trabalharam fora, estando a maioria delas, atualmente, exercendo atividade de baixo prestígio profissional. Isto ocorre também entre os homens, sendo que quase todos fazem biscates, isso comprovou-se através dos companheiros das vítimas entrevistadas na pesquisa. Porém, histórica e culturalmente, tal fenômeno é mais prejudicial às mulheres, uma vez que já são discriminadas no mercado de trabalho.

Procuramos evidenciar, no transcorrer do texto, que as dificuldades financeiras na conjuntura atual têm chamado a mulher ao mercado de trabalho e embora a maioria dos homens concorde que elas trabalhem fora, o sentimento de ciúmes e competição gerado por tal fato, tem se tornado o grande causador das brigas entre os casais. Por outro lado, se a mulher não contribui para a renda familiar e não trabalha fora, a dependência econômica dela em relação ao marido, ou companheiro, pode aparecer como um elemento colaborador para a submissão à violência, por não se sentir em condições de colocar-se como igual ao companheiro, assumindo perante ele, uma postura de inferioridade e de alguém incapaz de conquistar sua autonomia financeira.

Afirmamos ainda, que a violência física e a violência moral contra a mulher, segundo estudos realizados, parecem ser elementos que andam associados e se agravam mais diante das dificuldades financeiras que atingem a vida do casal. Assim, não podemos deixar de marcar que as mudanças ocorridas na economia nos últimos cinco anos, ou seja, depois do

Plano Real, contribuíram muito para ampliar o número e a frequência dos desentendimentos entre os casais, principalmente, porque a falta de dinheiro tornou-se o elemento chave na relação deles.

Apesar do contexto já referido, consegue-se vislumbrar uma maior conscientização das mulheres acerca dos seus direitos, da importância que têm para o sustento da família e dos diferentes papéis que podem realizar. Porém, é visível, em nossa sociedade, uma falta de solidariedade entre as mulheres que vivenciam situações semelhantes de violência, onde elas mesmas se rotulam e se discriminam. O machismo, portanto, não se configura somente como uma prerrogativa dos homens, há mulheres que acreditam e propagam semelhantes atitudes.

Finalizamos, na esperança de que estas mulheres rompam com todas as formas de submissão que assolam suas vidas e que entendam, que a conquista da autonomia e da independência econômica é o primeiro passo para estabelecerem relações efetivas de igualdade entre os gêneros e para solaparem de vez com todos os mecanismos promotores da violência doméstica. E, o fecho de tudo o que foi dito, condiz com o pensamento de Oliveira apud Freitas (1995), que afirma só ser possível a construção de uma sociedade igualitária e justa quando homens e mulheres aprenderem a conviver respeitando as suas diferenças e demarcando espaços em uma relação solidária, pois não é possível a reconstrução do feminino, sem a correlata redefinição do masculino.

## Referências bibliográficas

- AMMANN, Safira Bezerra. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano XVIII, n. 55, p. 84-102, nov. 1997.
- ARAÚJO, José Prata de. Direitos sociais por segmentos da população. In: *Manual dos Direitos Sociais da População: as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais*. Belo Horizonte: O Lutador, 1998. cap. V, p. 212-225.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BERNARDES, Betina. Crime contra a mulher é cometido por parceiro. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 mar. 1998. p.3.
- CÂMARA, Hélder. *Mulher e homem imagem de Deus*. Conferência nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1990.
- CÚPULA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Copenhague – 1995). *Relatório Nacional Brasileiro*. Brasília, fev. 1995, 107 p.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. Serviço Social e Gênero: um diálogo necessário. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Assistentes Sociais*. Caderno de Comunicações. Bahia: 1995. p. 325-327.
- KNABBEN, Júlia de Macedo. *Mulher Vítima de Violência: atendida pela 6ª DP Cap. Florianópolis: UFSC, 1992. 150p. Monografia apresentada no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina*.
- LANGLEY, Roger, LEVY, Richard C. *Mulheres Espancadas: fenômeno invisível*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 235p.
- MAZONI, Lenira da Silveira. *A Questão do imaginário no atendimento a mulheres em situação de violência*. São Paulo: FMUSP/CFSS, 1997. p. 73-78.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano XVIII, n. 55, p. 114-131, nov. 1997.
- PALLOTTA, Maria A., LOURENÇO, Mariza. *Violência*. Disponível na internet. <http://209.143.148.118/adv-pl/>. 05 abr. 1999.
- PAVEZ, Graziela Acquaviva. *Expressões da Violência: violência doméstica*. São Paulo: FMUSP/CFSS, 1997. p. 59-72.
- QUESTÕES urbanas, espaço global e regional interiorização: mortes violentas, vítimas e homicídios.
- RAMOS, Maria Helena Rauta, BARBOSA, Maria José de Souza. Mutações nas relações econômicas mundiais e a nova centralidade do trabalho. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Caderno de Comunicações. Goiânia: 1998. p. 25-29.
- RODRIGUES, Rúbia Lorena. Ser ou Não Ser Amélia: uma questão de gênero. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Caderno de Comunicações. Goiânia: 1998, p. 270-273.
- ROSSETTI, Fernando, TOLEDO, José Roberto de. Família. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 set. 1998. especial, 16p.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- SALES, Mione Apolinário. A Família como Ela É: do reconhecimento de novas necessidades à construção de políticas públicas. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Caderno de Comunicações. Goiânia: 1998. p. 188-192.
- SILVA, Marlise Vinagre da. *Violência Contra a Mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992. 180p.
- VOLOCHKO, Anna. *Violência e Gênero: a mortalidade materna*. São Paulo: FMUSP/CFSS, 1997. p. 117-137.
- ZALUAR; ABRANCHES. Questões Urbanas, espaço global e regional



interiorização: mortes violentas, vítimas e homicídios. *In: Revista Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEDAE, jul./set. 1995, v. 9.

**Endereço – Autora**

Departamento de Serviço Social  
Centro Sócio Econômico – UFSC  
Campus Universitário – Trindade  
Florianópolis – SC  
Cx Postal 476 – CEP: 88040-900  
Tf. 0XX48-3319540  
e-mail: [kataly@cse.ufsc.br](mailto:kataly@cse.ufsc.br)

---